



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E SAÚDE,
PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20 DE AGOSTO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a presença do Vereador Reis, que presidirá esta reunião, declaro abertos os trabalhos da audiência pública, junto com a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher para debater o Plano Municipal de Educação, Projeto de Lei 415/2012.

Essa audiência foi publicada no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no jornal *O Estado de S.Paulo* do dia 18 de agosto, e no jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 19 de agosto.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.câmara.sp.gov.br no *link* Auditórios On-Line.

Foi convidado para esta audiência pública o Secretário Municipal de Educação. Consulto se no plenário tem alguém representando a Secretaria Municipal de Educação. Não há representante.

Foi convidado também o Ministério Público de São Paulo. Consulto se há algum representante do Ministério Público do Estado de São Paulo. Não há representante do Ministério Público.

Foi convidado também o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, CMDCA. Consulto se há algum representante do CMDCA. Há representante.

Foram convidadas entidades da sociedade civil e os 55 Vereadores desta Edilidade.

Esta audiência pública é fruto de um requerimento formulado pelo Vereador Calvo, peticionado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa. A informação que eu tenho é que o Vereador se encontra no trânsito e vai chegar um pouco mais tarde.

Representante da Secretaria Municipal de Saúde, consulto se há algum representante.

Convido V.Sa. para fazer parte da Mesa.

Anuncio a presença do Vereador Eliseu Gabriel.

Vamos abrir a palavra para que os integrantes da Mesa, aqui o Vereador Eliseu Gabriel e o Sr. Emílio, que representa a Secretaria Municipal da Saúde, que possam fazer uma fala de cinco minutos. A Secretaria da Comissão já pode começar a colher as inscrições para os presentes fazerem uso da palavra.

Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom dia. É um prazer estar aqui. Eu só queria lembrar algumas coisas. O Plano Municipal de Educação, o processo de elaboração desse texto se iniciou há oito anos, num processo em que o então Prefeito acabou iniciando o processo, abrindo o debate em toda a Cidade, sindicatos, igrejas, entidades da sociedade civil, moradores de vários bairros e assim foi. Depois disso o projeto foi elaborado e acabou não sendo enviado para a Câmara, só foi enviado no final de 2012. E aí novamente passou algum tempo fechado, sem ser discutido e finalmente o processo se iniciou. Está aqui a Benê, do Sinesp, que foi uma das pessoas que mais trabalhou para se concluir o Plano Municipal de Educação, que é uma lei que vai valer por dez anos, então não vai depender só desse governo ou do próximo, é por dez anos, é uma lei que vai valer para a educação na cidade de São Paulo.

Atualmente nós tivemos um problema que foi a questão da questão do gênero, que deu aquele problema todo que vocês viram e a gente acabou não discutindo as questões da educação. Só ficou na questão de gênero ou não gênero, de orientação sexual ou discriminação sexual, que ficou nessa história.

Para evitar tudo isso, essas palavras todas já foram tiradas do projeto, esses assuntos, foram colocados de outra forma e agora a gente está discutindo mais as questões da educação. Então é isso, a gente está aqui para ouvir e não para eu falar. Já tem um texto andando por aí e vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Vereador Eliseu Gabriel.

Tem a palavra o Sr. Emílio, da Secretaria de Saúde.

O SR. EMÍLIO – Boa tarde. É um honra estar aqui representando a Secretaria Municipal da Saúde nessa importante audiência pública. A Secretaria Municipal da Saúde, não sei se todos sabem, vem implementando junto à Secretaria Municipal da Educação um programa bastante importante que chama Programa de Saúde na Escola.

Esse programa implica em levar aos escolares da rede municipal da educação, de todas as faixas etárias importantes contribuições que a saúde pode dar, não só aos escolares, mas a toda comunidade escolar, inclusive aos trabalhadores das escolas, aos professores, aos pais e mestres. Então a saúde reconhece que essa área da educação é uma das mais prioritárias no entender da prática da saúde.

Estamos aqui hoje representando a Secretaria pra ouvir principalmente e ver em que medida podemos contribuir mais com a educação das crianças da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Emílio.

Na realidade, nós da Comissão de Educação, a partir do momento que recebemos o PME, em 2014, traçamos uma linha de buscar recuperar várias questões que foram perdidas até por conta de quando o Executivo, na época o Prefeito Kassab, enviou o texto de lei aqui para esta Casa.

Então tinha, dentro do movimento de educação, sindicatos, associações, várias reclamações que a conferência que teve em 2010, de que todo processo de discussão que teve antes do texto ser enviado a esta Casa, ele não contemplava aquilo que realmente tinha sido discutido. Então formamos um grupo de trabalho, GT, foi designado o Vereador Toninho Vespoli para ser o relator desse Plano Municipal de Educação pela Comissão de Educação e a partir daí se estabeleceu uma agenda de trabalho, onde houve essas reuniões do grupo de trabalho e depois as audiências públicas.

O plano foi construído a partir daí, ele foi construído a partir da recuperação de

discussão que tinha sido deixado de lado no texto do Executivo e da participação de setores da educação nesse GT e nas audiências públicas. Daí surgiu um relatório feito pelo relator Vereador Toninho Vespoli que foi discutido na Comissão de Educação. E, naquele ano, quem integrava a Comissão, a Vereadora Edir Sales, os Vereadores Jean Madeira, Eliseu Gabriel, Toninho Vespoli, Ota, estavam sob a minha presidência. Esses Vereadores aprovaram o relatório. Até me surpreendi por Vereadores que aprovaram esse relatório reclamarem de algumas questões no texto relacionadas ao gênero. Mas S.Exas. votaram o relatório. Como votaram o relatório para depois discordarem dele? Quando o PME chegou à Comissão de Finanças é que se produziu todo esse processo de discussão, com a participação de grupos mais ligados à Igreja, que não participaram das audiências. Inclusive a maioria dos Vereadores também não participou de nenhuma das audiências públicas da Comissão de Educação; dos 55, apenas 2 estiveram presentes, eu e o Vereador Toninho Vespoli. Então, como votam algo para depois contestarem aquilo que mesmo votaram? É um contrassenso.

Obviamente, houve todo um debate com a presença da Vereadora Juliana Cardoso e da Vereadora Noemi Nonato. Após todo esse debate sobre gênero, que teve uma grande audiência promovida pelo mandato da Vereadora Juliana, o texto aprovado em primeira votação suprimiu toda essa questão. No meu entendimento, o ordenamento jurídico já prevê o respeito à diversidade de gêneros. Todo o nosso conjunto de leis que está recepcionado pela Constituição Federal já aborda todas essas questões que foram agora suprimidas do texto.

O Vereador Eliseu Gabriel apresentou um substitutivo e nós também estamos preparando um substitutivo para ser apresentado juntamente com a Bancada do PT – e queremos que seja da Casa – buscando que sejam corrigidas determinadas questões que são de mérito da Educação, já que, a partir da reforma que houve pela Comissão de Finanças, várias questões da Educação foram suprimidas. Tentaremos recuperar, por exemplo, o Regime da Progressão Continuada; a questão do financiamento da educação; a questão da redução de aluno por sala; o ensino infantil. São várias as questões que queremos que estejam no Plano,

porque para nós é importante que o ganho seja da educação, que realmente tenhamos uma educação de qualidade.

Passo a palavra à Vereadora Noemi Nonato para que ela faça suas considerações na abertura desta audiência pública.

A SRA. NOEMI NONATO – Na figura do Presidente Reis, cumprimento todos. O Vereador Calvo, Presidente da Comissão de Saúde, não pôde estar presente. Ontem ele falava de um problema que está acometendo a população, a pneumonia, e sua mãe foi internada há pouco num hospital. Assim, ele me pediu que viesse aqui para cumprimentá-los, lhes pedir desculpa e participar desta reunião e dar uma contribuição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereadora.

Recebi um bilhete do Vereador Calvo, que passo a ler agora.

“47º Gabinete, Vereador Calvo. São Paulo, 20 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Sr. Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, venho por este informar que, no momento, encontro-me impossibilitado de estar presente nesta audiência devido à hospitalização repentina de minha mãe, Sra. Ilma Civinelli Calvo.

Gostaria muito de estar presente nesta Comissão pela relevante importância do tema, mas tenho a certeza de que estarei muito bem representado pelos meus pares e amigos.

Assim, em razão da minha ausência, agradeço a esta douta Comissão pela continuidade dos trabalhos.

Recebam V.Sas protesto de minha estima e consideração. Estamos sempre à disposição.

Rubens Wagner Calvo, Vereador”.

Passo a palavra à Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, bom dia a todos. Não faço parte desta Comissão, mas estou trabalhando no tema desta audiência, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai apresentar emendas que abordam a questão do texto, do Plano, questões relativas à escola, orçamento, quantidade de crianças por sala de aula. Isso já está sendo construído conjuntamente com outros Srs. Vereadores por meio de um substitutivo.

Conversei com a minha Bancada e vou retomar a discussão da questão do gênero, da identidade, da sexualidade e da diversidade nas emendas cujas assinaturas vou buscar para poder apresentá-las.

O Plano é muito mais organizado, muito mais pensado e inclusive, desde 2008, ele está sendo discutido em conferências com a sociedade, com diversos movimentos sociais e com profissionais da educação. Muitas coisas foram mudadas, e a Casa passou a ter uma perspectiva de uma organização mais avançada para mudar o texto.

Por isto estou aqui: para acompanhar a audiência e também dar uma contribuição ao texto substitutivo que vai para a segunda votação na próxima terça-feira.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Sr. Presidente, só quero esclarecer qual é a situação atual. Preparamos um substitutivo em relação ao da Comissão de Finanças, que já foi votado. Esse substitutivo resgata todas as questões do mérito da educação que foram meio que deixadas de lado. Esse é o substitutivo que eu, o meu partido, a maioria dos Vereadores do PT e mais alguns Vereadores estão discutindo.

Sobre o gênero, tiramos as partes mais agudas e basicamente fizemos um texto contra a discriminação sexual, contra a intolerância, contra a violência. Isso nós acrescentamos ao texto, fora a questão da educação integral, etc. Agora, isso não impede que os Vereadores façam emendas sobre a questão do gênero ou sobre qualquer outro assunto; todos têm essa

liberdade. Depois de votado o substitutivo, se for esse, se for outro recheado com mais algumas coisas ou aquele aprovado em primeira votação, haverá as emendas. Aí, sim, os Vereadores poderão fazer emendas sobre tudo, poderão pedir, por exemplo, até que as escolas sejam pintadas de rosa. Podem fazer emenda sobre isso, não há problema.

A Vereadora Juliana vai fazer algumas emendas e outros Vereadores farão outras emendas, mas o corpo que queremos é qual será o substitutivo que ganhará na votação. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Eliseu Gabriel.

Só informando a todos que a Vereadora Noemi Nonato também tem de participar da Comissão do Idoso e daqui alguns minutos terá de sair.

Temos sete inscritos até o momento e o término desta reunião será no máximo às 14h.

Tem a palavra o Sr. Jacinto dos Santos, Análise da Conjuntura Educacional Paulistana.

O SR. JACINTO DOS SANTOS – Nobre Vereador Reis, Vereadores da Casa, membros da sociedade civil organizada, tenho a honra de representar a ACEP, Análise da Conjuntura Educacional Paulistana, movimento social criado em julho de 2013, no momento em que passamos a discutir na cidade de São Paulo o PL 310, que dava duas referências aos educadores municipais.

Daí fomos às ruas e participamos de uma audiência pública no Tribunal de Justiça que discutia a educação infantil. Hoje a ACEP figura no Fórum Municipal de Educação e também no Fórum Estadual de Educação.

Nesta oportunidade gostaríamos de parabenizar a Egrégia Câmara Municipal de São Paulo porque participando ontem da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, como ouvinte e cidadão, tive a grata notícia de que começam a acontecer entendimentos entre os Vereadores, assim como o pronunciamento do nobre Vereador Eliseu Gabriel, a Câmara

Municipal de São Paulo finalmente e atendendo os apelos populares, tão em moda no nosso País, estão procurando consenso. E ai são aspas, palavras do Vereador Eliseu Gabriel, “vamos fazer uma proposta do Plano Municipal de Educação não de um Vereador, mas de um número significativo deles.”

Ao final da reunião, fiz um contato pessoal com o Vereador que passou as nossas mãos o documento que S.Exa. vai apresentar e já se referiu. Diante da importância desse fato, solicitamos inclusive à assessoria jurídica do nobre Vereador Eliseu que nos enviasse em PDF o documento para ser socializado.

Nos grupos das redes sociais a que temos acesso, ele já se encontra à disposição. Outros elementos vão discutir outros termos, mas quero parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes na pessoa do nobre Vereador Reis que estão buscando juntamente com a Liderança do Governo um formato de apreciar e garantir que essas discussões que vieram durante oito anos sejam contempladas. Espero realmente que esse pleito tenha eficácia.

Meus agradecimentos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Jacinto.

Anuncio a presença da Sra. Ana Paula, filha do Vereador Calvo. Em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esportes desejamos estima de melhoras para a sua avó.

Tem a palavra a Sra. Bene, do Sinesp.

A SRA. BENE – Bom dia a todos os presentes.

Agradeço todos os Srs. Vereadores que são parceiros a longo tempo nessa jornada que estamos enfrentando desde 2008. Agradeço também a Vereadora Juliana que na primeira votação do Plano, pelo menos apareceu um apoio logístico lá e falaram que era da Vereadora Juliana um som para que pudéssemos conseguir falar, porque não tínhamos estrutura nenhuma para nos contrapor aquele movimento que se formou e acabou subjugando as outras estratégias do Plano que são importantes para nós.

Vim aqui para falar da Saúde. O representante da Saúde deixou muito claro a importância que a Educação representa para a Saúde. Porém, no Plano, essa questão não teve voz.

Eu represento o Sinesp, Sindicato dos Gestores Educacionais, e anualmente fazemos uma pesquisa sobre posições de trabalho, saúde do trabalhador, segurança, violência e uma porção de coisas. Na questão da saúde do trabalhador é aquela máxima que tem quando você entra no avião. Quando você entra no avião, o que eles dizem? Qualquer problema, antes de você socorrer, você põe a máscara. Você se protege porque você só pode socorrer se está bem. Então, o educador só pode desenvolver na plenitude o seu trabalho se estiver bem.

Anualmente, fazemos uma pesquisa no Sindicato para constatar as condições de trabalho. O que constatamos este ano e que já vem de décadas também? Nós temos problemas sérios nos prédios: bolor, infiltrações, acústica – que repercute na saúde do trabalhador e nas crianças que estão lá. 37% dos pesquisados disseram que a acústica é péssima.

Vivemos em um tempo em que as crianças com deficiência, felizmente, vieram para a escola, mas a nossa escola não está preparada para recebê-las. 67% das unidades da Prefeitura de São Paulo não tem elevador. Não tendo elevador obriga a quê? Um sobrepeso, uma sobrecarga. As crianças têm de ser conduzidas nas escadas que existem nas escolas porque há risco de queda, de provocar problema em quem está carregando. Então, essa questão da saúde está relegada a um segundo plano ou até um terceiro ou quarto.

Outra questão que o nosso retrato apontou foi a violência. Já tivemos a oportunidade em uma audiência pública de falar sobre essa questão e vou retomar. Temos uma meta, 3.18, que dispõe: “garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação de educadores para detecção dos sinais de suas causas extraescolares, como a violência doméstica e sexual”. Quer dizer, só nas costas

do educador? Onde entram os órgãos governamentais, as instituições que têm de estar presentes? Onde entra o papel da família em trabalhar os valores também? Por que só os educadores? Nós não vamos dar conta. Violência é um problema da sociedade como um todo porque repercute na escola.

A coisa é tão grave que este ano conseguimos arrancar do Governo, na negociação salarial do início do ano, que eles teriam ações emergenciais para garantir a segurança do trabalhador e todos que frequentam a escola porque a insegurança traz problemas para a saúde. Nosso pessoal está estressadíssimo. O número de licenças médicas é absurdo.

Essa questão não pode ser esquecida e gostaríamos que os Srs. Vereadores, ao se preocuparem com o novo substitutivo, se preocupassem com a saúde de toda a comunidade escolar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Sra. Silvana Canônico, coordenadora da rede municipal.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Bom dia a todos. Eu me mobilizei por conta da audiência pública de hoje porque participei de todas as audiências públicas do Plano Municipal e nas audiências públicas apenas dois Vereadores estiveram presentes: Reis e Toninho Vespoli.

De repente, quando vem a votação do PME, há uma mobilização enorme, inclusive de todos os outros Vereadores que em nenhum momento participaram da discussão e parte da sociedade civil, que estou chamando de fundamentalistas religiosos, também não fizeram parte das audiências públicas. A questão de gênero, a palavra gênero para mim é importante mesmo que continue o conteúdo presente no texto.

Não podemos reduzir o termo gênero para as questões da sexualidade. Gênero vai para além disso. Gênero vai para quando a gente está na escola e separamos nas brincadeiras menino para brincar de bola e menina de casinha. Eu discuto isso na educação infantil e isso é importante porque ali estou discutindo e estou formando um cidadão. Menina brinca de

cabelereiro e menino brinca de carrinho.

Agora, temos menina que joga futebol, há a seleção brasileira feminina dando um *show* de bola. Então, a questão de gênero vai além da sexualidade. Vamos levar isso a sério, discutir seriamente. Quando os fundamentalistas religiosos não aparecem na discussão e aparecem para fazer lobby, é porque eles não sabem dialogar. Eles estão longe da democracia. Eles querem ganhar na truculência e aí, para mim, um grande líder religioso é o Papa Francisco, que está dando uma lição do que é ser cristão, do que realmente Jesus veio nos ensinar.

Encerro a minha participação dizendo: “Pai, perdoa, eles não sabem o que fazem.”

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Silvana. Sr. Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Aprofem.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa. Farei uma pequena introdução e, depois, a leitura de um texto rapidamente.

Vou começar falando da saúde. É fato que a situação dos docentes, a cada dia, piora com relação a estresse, afastamento por depressão, etc. E isso piorou quando o próprio DSS limitou o atendimento personalizado a essas pessoas em determinadas situações. Agora o relacionamento do profissional da educação com o DSS se limita mais a EMEI.

Mês passado, houve nesta Casa o 5º Fórum das CIPAs da Prefeitura Municipal de São Paulo, onde foi abordado esse problema. Naquela reunião, pelo fluxo de informações entre os próprios médicos, chegamos à decisão de que o DSS ficaria sob a administração, ou integrado à Secretaria Municipal de Saúde, porque há muita disparidade nas decisões do perito, vinculado a outra Secretaria, em relação ao médico mais próximo ao paciente.

Com relação ao Plano Municipal de Educação, elaboramos um documento. No último dia 13 tivemos uma reunião com cerca de 3 mil representantes da Aprofem, onde nos foi solicitado que encaminhássemos um ofício aos Srs. Vereadores e um manifesto, um abaixo-assinado, a todos da rede, para que se posicionassem também.

Nesse manifesto, constam algumas sugestões que foram feitas na época da reunião, do qual destacamos alguns itens importantes. O teor do ofício será encaminhado

nesta semana aos Srs. Vereadores e já está disponível no Portal da Aprofem, para que todos se manifestem nas suas unidades.

A Aprofem – Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo – integrante da Comissão Organizadora e da Comissão Executiva, criadas em 2008 pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo com, a princípio, a finalidade de elaborar propostas para o desenvolvimento no processo de construção participativa do Plano Municipal de Educação de São Paulo, apresenta algumas considerações sobre o PL substitutivo, ora julgadas oportunas.

Com relação à meta 1: Ampliação dos recursos destinados à educação pública pelo Município para, no mínimo, 30% da receita resultante dos impostos, compreendida proveniente das transferências constitucionais; e 5%, no mínimo, em educação inclusiva. As despesas relacionadas ao Programa Leve Leite serão custeadas com dotações orçamentárias próprias, ficando impedida a utilização desses recursos no cálculo como despesa de educação.

Com relação à meta 2, nós relacionamos a proporção aluno – professor, desde o berçário até a educação de jovens e adultos, acrescentando os seguinte: Em agrupamentos ou turmas em que haja a inclusão de criança ou jovem com necessidades educacionais especiais, haverá revisão, para menor, dos limites acima prevalecendo a decisão ao Conselho da unidade e a orientação.

Há outras indicações. Infelizmente tratamos do PME sempre dessa forma. Era para estar pronto desde 2010. E não estou criticando ninguém, mas a situação, porque se uma nação se constrói com a educação... Não estou desmerecendo nada aqui. O problema é que quando há uma oportunidade de discutirmos isso, porque nas últimas audiências não tivemos a oportunidade, ainda passamos por isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Joélia de Aguiar, Vice-Presidente do Sedin.

A SRA. JOÉLIA DE AGUIAR – Bom dia a Mesa, Vereadores Reis, Juliana Cardoso, Eliseu Gabriel, e todos os representantes da sociedade civil, todas as instituições sindicais, que vem discutindo desde 2008 o Plano Municipal de Educação na cidade de São Paulo.

Sou Professora de Educação Infantil, pertencço ao Sindicato de Educação Infantil e venho falar sobre o atendimento da educação infantil na cidade de São Paulo, que está na

meta 2. Há demanda reprimida de 40 anos da educação infantil das vagas.

E qual é a nossa questão com relação ao Plano Municipal de Educação, que será uma lei que regerá a educação na Cidade durante 10 anos na cidade de São Paulo? É a terceirização da educação infantil na cidade de São Paulo.

A nossa grande luta é que todos os equipamentos públicos construídos com o dinheiro público durante essa gestão foram para as conveniadas, ou seja, para a mão de terceiros. Isso significa a terceirização da educação infantil, o não investimento numa educação pública de qualidade.

Semana passada, estivemos em Brasília, na Conferência Nacional de Educação, comemorando um ano de Plano Nacional de Educação, onde estive o ex-Presidente, que disse que investir na educação não é gasto, é investimento. É nisso que acreditamos.

Quero pedir aos Srs. Vereadores, na pessoa da Presidente do Sedin, a ex-Vereadora Claudete Alves, uma eterna defensora da educação infantil, que ajude o nobre Vereador Antonio Donato na aprovação das emendas encaminhadas pelo Sedin no Plano Municipal de Educação.

Já que a lei de responsabilidade fiscal não permite que sejam todos matriculados na rede direta pública, da faixa etária de zero aos cinco anos e 11 meses, mas que sejam todos na rede conveniada, então nós queremos que haja um corte. Quantos públicos? Quantos conveniados? E que esses prédios construídos com o dinheiro público sejam utilizados pela rede pública municipal, com espaço e ambiente adequado, para atender com qualidade, com professores concursados, pois a educação tem de ter qualidade para as nossas crianças, não da forma que ouvi na última plenária: que o custo de uma criança, na rede conveniada, custa R\$ 5; e na rede pública, custa R\$ 15.

Quando se trata de educação, não temos de fazer essa redução de custo, porque as nossas crianças são o nosso futuro. Tem de haver investimento!

A outra questão é que há uma superlotação em sala de aula, de zero ao Ensino Fundamental I. Por isso, tem de constar nesse Plano que vai reger a educação na Cidade durante 10 anos a redução do número de aluno por sala de aula. Tem de haver coerência, senão cai a qualidade do ensino e detona com a saúde dos professores.

Portanto, é preciso investir na qualidade de ensino e na valorização dos profissionais de educação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Sheila Mendes, Diretora do Sedin.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia, nobre Vereador Reis, Presidente dos trabalhos, na pessoa do qual cumprimento todos os integrantes da Mesa; e todos os presentes.

Sou Diretora do Sindicato de Educação Infantil, Sedin; sou Professora da Rede Municipal e estou lotada em duas EMEIs.

Venho para tratar de dois assuntos. O primeiro é superlotação das salas de aula. A Portaria estabelece 29 crianças nas salas de EMEI, mas a grande maioria das nossas salas tem 35 crianças para um educador. E com dois vínculos, esse educador chega a cuidar de 70 crianças até o final do dia.

Nós, do Sedin, protocolamos com a bancada do Partido dos Trabalhadores da Casa emendas no projeto para que essa forma desumana de atendimento, tanto para as crianças, quanto para os profissionais, se encerre.

Outro assunto que nos preocupa, e muito, é sobre o convênio com unidades que atendem crianças de zero a três anos. Hoje existem 363 CEIs diretos e 1.417 CEIs indiretos e conveniados. Temos ilhas de excelência, sim, no atendimento dos conveniados. Mas sabemos que, muitas vezes, as entidades não têm a mínima condição de atender às nossas crianças.

Estivemos em Brasília neste final de semana, como a companheira Joélia disse, discutindo o Plano Nacional de Educação, e observamos experiências de outras cidades, comprovando que é possível ser ofertado o atendimento a crianças de zero a três anos pela rede direta, tornando assim um atendimento de qualidade para as nossas crianças e para os profissionais de educação.

Temos de conviver, sim, com os dois sistemas, mas não podemos aceitar que 75% das unidades de educação infantil estejam em conveniadas. E que o planejamento continue sendo feito para que essa prática continue. É inadmissível que o Plano Municipal de Educação não estabeleça um limite para esses convênios.

Salientamos que o Sedin está acompanhando o Plano Municipal de Educação desde o início da sua construção e, entre as questões que nos causam preocupações, insistimos muito nessas duas, pois entendemos que a base da formação do cidadão se dá na educação infantil.

Sendo a educação um dever do Estado, não pode fazer de nossas escolas um depósito de criança.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Janaína Maldoni, da Comissão Gestora do Fórum Municipal de Educação Infantil.

A SRA. JANAÍNA MALDONI – Boa tarde. Sou do Fórum Municipal de Educação Infantil e do GP de Educação da Rede Nossa São Paulo.

Quero parabenizar os Srs. Vereadores, em especial os Srs. Vereadores Reis e Eliseu Gabriel, que vêm acompanhando o processo do Plano desde o início. E quero lamentar profundamente a ausência dos demais Srs. Vereadores que não vêm acompanhando o processo desde o início e que não estão aqui para ouvir as nossas considerações.

Na verdade, estou aqui para apresentar nota de repúdio de dezenas de entidades, entre elas, sindicatos, fóruns, institutos de pesquisas, União dos Conselhos Municipais do Estado de São Paulo, vários sindicatos, Aprofem, Sinesp, em relação ao substitutivo da Comissão de Finanças.

Todas essas entidades entendem que o substitutivo da Comissão de Finanças que foi aprovado em 1ª discussão no dia 11 de agosto traz uma série de perdas em relação ao substitutivo da Comissão de Educação. E muito alegre saber que o substitutivo da Comissão de Educação está sendo analisado para voltar à pauta. Gostaria de um esclarecimento, se nós teremos acesso a esse substitutivo que será apresentado no dia 25.

Esse Plano não começa agora, ele está em São Paulo há sete anos com essa discussão - isso é importante pautar – milhares de educadores vêm discutindo o Plano Municipal de Educação.

Em 2010, como o Vereador falou, houve uma conferência, de lá saíram várias propostas aprovadas por educadores e por comunidades. Esse documento foi entregue a todos os Vereadores na semana passada, pelo Fórum Municipal de Educação, ou seja, todos os Vereadores desta Casa estão com acesso a esse documento.

O desejo é que essas propostas que são históricas nesta cidade não deixem de ser contempladas no Plano Municipal de Educação. As propostas incluem aumento de financiamento, redução real de alunos por professor, trava no conveniamento da educação infantil, enfim, essas metas são prioritárias. A gestão democrática é importante, porém houve

na Comissão de Finanças redução de metas de formação de professores, de estratégias. Se essas metas estratégicas não forem contempladas no Plano de Educação nós não vamos avançar e nós precisamos avançar na educação.

A educação não pode ser só uma palavra bonita para ser usada na eleição, mas ela se faz com ação concreta. É agora, é neste momento que os Vereadores vão poder provar para a população que a educação é, de fato, uma prioridade. Nós precisamos estar lá para pressionar.

Várias entidades criaram uma campanha, e aí eu convoco todas as pessoas a participarem, que se chama Educação para Valer, está no *Facebook*. Trata-se de uma campanha que vem buscar e pressionar para que essas metas que são fundamentais venham ser incorporadas no Plano. Então fica o convite, Educação para Valer.

Hoje nós teremos apitação um às 15h para todos os Vereadores.

É hora de avançarmos. Nós precisamos pressionar.

É isso que eu tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sheila Ceccon, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA CECCON – Boa tarde a todos, boa tarde à mesa, falo em nome das 23 organizações que assinam a nota de repúdio citada pela companheira Janaína.

Essa nota de repúdio já foi enviada a todos os Vereadores, destacando vários itens, que nós entendemos como grandes retrocessos do substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças em relação ao substitutivo que havia sido aprovado pela Comissão de Educação, depois de um grande número de audiências públicas, de um diálogo muito bom com a comunidade.

Eu gostaria de dar uma ênfase especial à meta dois, que já foi citada por outros aqui que falaram antes de mim, que se refere ao número de alunos, por sala.

Existiam compromissos no substitutivo da educação de que nós tínhamos, no prazo

de 10 anos, o máximo de 25 alunos no ensino fundamental e de 20 alunos, por sala, na educação infantil. Esses números desapareceram do atual substitutivo, foi colocada no lugar simplesmente uma redução de 10% de alunos, por sala, ou seja, 10% do quê?

É uma meta que não é possível ser acompanhada ou monitorada e não diz o que pretende. Essa meta foi absolutamente destruída, no nosso ponto de vista.

É fundamental entendermos que há bairros na periferia com mais de 35 alunos, por sala. Quer dizer, salas superlotadas comprometem a qualidade da educação e fazem com que os professores adoçam. A educação de qualidade é um direito de todos, de pobres, de ricos, de todas as pessoas da Cidade. Agora, que educação de qualidade é essa? Nessa situação de salas superlotadas, o que os alunos recebem é educação que é possível ser dada; e nós não queremos a educação que é possível ser dada. Nós queremos uma educação de qualidade para todos, uma educação que construa os saberes necessários, para que essas crianças e esses jovens tenham uma inclusão digna na vida adulta, uma educação que forme cidadãos éticos, responsáveis e cientes dos seus deveres e que eles se sintam fortes para reivindicarem os seus direitos. Isso precisa ser um direito de todos. É um direito de todos, que precisa ser respeitado.

Neste momento, a construção do Plano Municipal de Educação é uma oportunidade que os Vereadores desta Casa têm para cumprir essa reivindicação, que é unânime. Não existe professor, na rede municipal, que não reivindique a redução do número de alunos por sala. Este é o momento de se atender a uma reivindicação histórica. Existem hoje, na rede municipal, 49.227 educadores que trabalham com 936 mil alunos e alunas. Todos eles elegeram os Vereadores que estão aqui e sofrem com a falta de estrutura para se desenvolver um bom trabalho. Isso tem comprometido profundamente o desenvolvimento da educação na nossa Cidade. É em nome de todas essas pessoas que nós, organizações, produzimos e encaminhamos essa nota de repúdio. Em nome de todas essas pessoas estamos aqui para reivindicar. Há a meta um, relativa a financiamento, que prevê um aumento de 31% para 35%.

São 4% de aumento na verba destinada à Educação. Esperamos que essa meta que existia no substitutivo anterior seja retomada, assim como um número menor, claro e quais são os números ali, como constavam no substitutivo anterior. Esperamos que isso também seja retomado.

Toda essa população, as famílias das crianças, essa diversidade, esses diferentes modelos de famílias que têm seus filhos na rede pública municipal ou que gostariam de colocar certamente esperam essa postura e essa decisão da Câmara de Vereadores.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Sônia Couto, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SÔNIA COUTO – Bom dia a todos. Eu venho aqui para fazer uma defesa com relação à meta 10. Peço uma especial atenção para a meta 10, mais especificamente com relação à Educação de Jovens e Adultos. O lugar de onde eu falo é de uma militante desta modalidade de ensino há 40 anos, de uma integrante da equipe do Instituto Paulo Freire, da equipe de EJA. Também atuo e defendo a EJA no Fórum Paulista de EJA e na Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos.

A minha participação, nesses coletivos, tem sido sempre na busca pela EJA como direito, entendendo a EJA não como uma caridade, não como assistencialismo, mas como um direito humano. O que nós precisamos, na verdade, é de políticas públicas com relação à EJA e não de cursos aligeirados, como temos visto. Quando o PEN propõe a ampliação de cinco para dez anos, ele desconsidera a urgência de resolvermos o problema do analfabetismo. O analfabetismo causa à pessoa que o detém um qualidade de vida bastante comprometida, autoestima e uma série de questões que impossibilitam essa pessoa de viver plenamente a cidadania; mas ele proporciona também questões mais graves, como, por exemplo, em relação à saúde. Uma pessoa alfabetizada tem maior entendimento acerca de várias questões, inclusive isso contribui para a redução da mortalidade infantil e de outras questões

relacionadas à saúde, porque se trata de uma pessoa que começa a entender melhor, quais as coisas que lhe fazem bem, como ler uma bula de remédio e como lidar com questões simples do dia a dia, mas que, muitas vezes, dependem da informação que está no mundo da cultura escrita.

Então, pensar na redução do analfabetismo, no município de São Paulo, em dez anos, é considerar que essa questão não é tão importante assim. Eu estou trazendo aqui a necessidade de nós entendermos isso como uma prioridade. Não dá mais para se pensar em colocar mais para frente essa questão, porque nós vivemos a questão do analfabetismo há muitos anos, há décadas. Não há programas. Sempre foi feito, sempre foi realizado a título de campanhas, e nenhuma delas alcançou êxito, nem nacional e nem nas esferas estaduais e municipais.

Neste ano, tivemos um grande baque, porque um dos programas que atendiam a pessoas que precisavam participar do seu processo de alfabetização foi extinto, o Programa Alfabetiza São Paulo. É um programa do Governo Estadual que simplesmente, do dia para noite, deixou de existir. Mais de 20 mil educandos estão hoje sem ter acesso a esse direito.

Então, eu coloco aqui a importância de nós levarmos um pouquinho mais a sério a questão da EJA e lutarmos um pouco mais, para que essa questão seja efetivamente resolvida, não de forma paliativa, não oferecendo cursos que não têm qualidade, mas entender a EJA como política pública, dando a esses cidadãos não só a capacidade de ler e escrever, mas também a condição de atuar plenamente de forma cidadã no nosso município.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Paulo Rafael de Oliveira Andrade, estudante.

O SR. PAULO RAFAEL DE OLIVEIRA ANDRADE – Boa tarde a todos. Eu sou mestrando de Filosofia. Eu estudo Antropologia Filosófica na PUC de São Paulo. Quero levantar um pouco em relação àquilo que foi citado, ao gênero. Tomei conhecimento disso há

uns sete ou oito meses, mais ou menos, e comecei a aprofundar. É justamente aquilo que eu tenho estudado como tese, em relação à Antropologia Filosófica.

Então, eu estou estudando, verificando onde começou essa questão do gênero. Eu percebi que havia uma origem, uma fonte bibliográfica, onde as pessoas mais citavam. Descobri a Judith Butler, uma filósofa americana. Simplesmente, basicamente o seu pensamento é por meio do estruturalismo de Michel Foucault. Ela trabalha a ideia do sexo como uma construção social. Então, ela fala do sexo binário. A pessoa olha para a sociedade e então começou a existir uma heteronormatividade compulsória. A filosofia dela não é tão simples. Basicamente, como eu estou estudando Antropologia Filosófica, e a minha tese é em relação à questão integral do ser humano, eu percebi um reducionismo profundo nessa tese do gênero, que reduz muito a questão do homem à questão puramente social.

A gente estuda na biologia que o homem é fenótipo mais genótipo mais o meio social. Muitas vezes, o gênero teoriza somente essa ideia, de que o ser humano é construído socialmente. Percebo isso como o grande problema do gênero, porque justamente ele vai contra toda uma história da sociedade, que é pautada não porque é binário, por um constructo social, mas é binário justamente porque é autoevidente. A gente percebe olhando para a realidade que os corpos são sexuados. Não tem como a gente dizer que não são sexuados. Dizer que eles não são sexuados é uma maneira de entender e compreender o mundo de maneira ideológica, achar que isso não é autoevidente. Então, a gente percebe que os corpos são sexuados. Esse é o primeiro ponto.

A problemática dentro do Plano de Educação é que a gente não pode colocar uma teoria a qual reduz o ser humano, educando nossas crianças dessa maneira, ou seja, lá quem for. A gente precisa ter uma compreensão profunda de quem é o ser humano para poder educá-lo, de fato.

Se a gente tira uma parte, por exemplo, a parte biológica, também a parte da tradição ocidental, a gente não pode dizer nada, tudo o que veio antes da gente, anterior a nós,

não tem valor, porque a teoria dela inclusive vai contra Aristóteles. O Ocidente é pautado em cima da filosofia de Aristóteles. É completamente contrário a toda história.

Antes de você falar, antes de você aprender a sua cultura, antes de você ter sentimentos, antes das suas emoções, você já é homem ou mulher. A gente sabe que o sexo é definido pelo espermatozoide, seja Y ou X, que fecunda, a partir daí você já é definido como homem ou mulher. Não é uma coisa construída, é uma coisa autoevidente, é uma coisa essencial. Esse é um ponto que percebo também é complicado na questão do gênero.

Há países também, olhei, e verifiquei que esses países tinham colocado gênero e depois eles retiraram - como a Noruega, vocês podem verificar também - por falta de embasamento científico na teoria, é uma teoria muito complicada.

Por que não o gênero? Também porque ele não foi colocado no Plano Nacional de Educação, esse é ponto. A gente estaria sem base legal e, no contrário, aquilo que foi definido nacionalmente, no Plano de Educação, ele vai contra a ideologia, dele desconsidera essa história Ocidental, como eu já disse, ele não é uma teoria comprovada, ele causa uma confusão.

Citaram aqui, inclusive, o Papa Francisco, eu também ouvi alguns discursos. No dia 15 de maio, numa audiência que ele fez neste ano, falou contra o gênero que justamente causaria uma grande confusão.

As crianças, hoje em dia, elas saem sem estar alfabetizadas. Eu também trabalho como professor, estou fazendo mestrado, as pessoas chegam sem saber ler e escrever, sem saber interpretar um texto.

A gente colocar prioridade na questão do gênero, que nem de longe é uma prioridade, sendo que as pessoas têm saído sem saber ler e escrever.

Então ele também não é favor da mulher, nem a favor da discriminação, por isso eu também acho que colocando contra a discriminação no Plano já basta, porque precisa ser educado realmente com todo tipo de discriminação. Ponto. Sem adjetivar essas discriminações,

que podem dar margem a interpretações subjetivas daquilo que significaria o gênero.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Tem a palavra a professora Érica. (Pausa) Retirou a inscrição.

Tem a palavra a professora Andrea Medrado.

A SRA. ANDREA MEDRADO – Srs. Vereadores, cidadãos, bom dia, o discurso que se tem empreendido denota que não se entendeu, de fato, o que é gênero.

A identidade de gênero reduz o ser humano e despreza a sua biologia. Como o estudante Paulo acabou de falar, essa ideologia é promovida desde os anos 90, por fundações internacionais. Se a gente der entrada para o gênero no ordenamento jurídico de São Paulo, a revelia o que foi feito no Plano Nacional de Educação, já estaremos fazendo algo que não é correto.

Foram citados aqui movimentos fundamentalistas religiosos. É fácil gritar contra esses movimentos e dizer que são fundamentalistas religiosos quando, na verdade, os fundamentalistas são os que defendem uma ideologia que traz meias verdades para população.

Uma população que se manifestou em peso contra a ideologia de gênero no cenário nacional. Os senadores e deputados federais se manifestaram contra isso. Não nos venham imputar o nome de fundamentalistas religiosos, primeiro, porque são as famílias que têm se manifestado, são as famílias que têm ido contra essa ideologia nefasta que despreza a biologia do ser humano.

Não venham colocar contra nós a alcunha de homofóbicos, porque se o gênero for implantado, nem o homossexual será respeitado, já que vai acabar completamente a biologia, seremos seres amorfos, querendo ser o que quisermos, durante o dia ou durante a noite.

Por favor, entendam primeiro o que é, porque se vocês não concordam com esses conceitos e aqueles que defendem o gênero não concordam com esses conceitos, eu me

alegro, porque eles ou não entenderam ou não leram os ideólogos que trazem essa pauta para a sociedade.

Em todos os países o gênero entrou, aqui no Brasil 98% dos municípios que votaram o gênero, que votaram PME a ideologia de gênero foi rejeitada, com manifestação maciça da família nas câmaras municipais.

Então não. Não nos venham imputar aquilo que vocês dizem quando não têm argumentos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Anuncio a presença do assessor Paulo, representando a Vereadora Edir Sales.

Tem a palavra a representante da Comissão do FEI.

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - Meu nome é Darcy Diago Finzetto, sou uma das fundadoras do Fórum de Educação Infantil, das entidades conveniadas de São Paulo. Agradeço aos Vereadores, muitos são meus amigos, somos conhecidos de longa data.

Peço um favor, eu gostaria de pedir para quem for de sociedade conveniada que ficasse de pé. (Pausa) Muito obrigada. Porque eu gostaria de saber em nome de quem eu iria falar agora. (Palmas)

Cada vez que há audiência nesta Casa ou na Conferência de Educação, nós estamos sempre presentes. Ocorre que nós somos silenciosos. O FEI não é um sindicato, não defende classe nenhuma, defende apenas as entidades que têm convênio.

Falou bem uma pessoa que esteve aqui, dizendo que há 1.400 creches e 300 da direta. Nós nunca fizemos essa diferença. Para nós tudo é criança. Estou preocupada com as 150 mil que estão fora, não as que estão sendo atendidas.

Nós fomos malhadas na Conferência Municipal, jogaram até cadeiras em nós, apareceu polícia. Em uma Conferência de Educação dar isso! Estou muito triste, porque as entidades levam muito a sério o acolher e o educar. Tanto que as nossas pedagogas que

frequentam faculdade, que todas da direta também frequentam, aprendem a cuidar de criança, porque nós as capacitamos para isso. Nenhuma faculdade capacita alguém para cuidar de criança.

Penso que temos de nos preocupar com o ensino superior, não com as crianças que lá estão.

Outra coisa, mais da metade das creches são prédios da entidade, não da direta. Não construíram lá. A primeira creche nesta cidade foi conveniada lá no Ipiranga. Nós fomos para a rua e lutamos para ter mais creches, foram as entidades, porque sempre estivemos juntos com a luta do povo.

Eu queria pedir a vocês, pelo amor de Deus, não aprontem conosco, porque a meta cinco da educação retira totalmente os nossos direitos de conveniada. Gostaria que fosse a meta cinco da Comissão de Finanças, porque nós temos direito.

— Tenho 71 anos, estou portadora de um câncer, mas estou aqui. Estou falando para vocês que eu queria, pelo amor de Deus, que pudéssemos ver antes esse PL que vai no dia 25.

Porque em Papai Noel e Coelhinho da Páscoa eu não acredito mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Lies Carvalho.

A SRA. LIES CARVALHO - Boa tarde a todos, boa tarde Vereadores, gostaria de rapidamente, de novo, repudiar a pecha de quem está defendendo as crianças e a família, nessa discussão que já tomou o Brasil inteiro e que, graças a Deus, as famílias estão entendendo o que é ideologia de gênero.

A ideologia de gênero é sim uma dissolução da identidade das pessoas.

Todos nós aqui, em primeiro lugar, nos identificamos como homens e mulheres, se pegar fogo aqui, se os corpos forem carbonizados, a única coisa que saberão sobre nós será se somos homens ou mulheres, porque está impresso no nosso corpo, na nossa biologia.

A ideologia de gênero é ideologia sim, não busca verdade alguma, nega absolutamente a identidade unívoca, nega o ser humano enquanto com atributos fixos.

A rainha da ideologia de gênero chama-se Judith Butler. Esse é um conceito que foi feito em gabinetes de universidades americanas muito bem financiadas por fundações internacionais, que tentam controlar a população e manipular o comportamento das pessoas.

Infelizmente estão instrumentalizando os professores através de pesquisadores com financiamento e bolsas de estudo. Como diz um juiz muito famoso atualmente, vamos atrás do dinheiro, de quem está financiando esse conceito de gênero e quer impor na nossa família, no nosso Brasil.

Isso é uma coisa que os Srs. Vereadores precisam ter noção da responsabilidade que lhes toca. Não existe, para ideologia de gênero ou política de gênero, homem e mulher. Não importa se o homem escolhe a sua vida sexual com outro homem, ninguém tem nada com isso. Todos nós, cristãos ou não, que defendemos a família, defendemos que existe a liberdade que foi dada pelo cristianismo, porque nas outras culturas não existia isso.

É uma falácia. Os Srs. Vereadores têm a imensa e enorme responsabilidade de estar vendo a vontade das pessoas, porque esses Vereadores que vão apoiar a família estarão na boca da família, os que não apoiarem, achando que estão defendendo ideologia de gênero, estarão defendendo homossexuais...

- Manifestação na plateia.

A SRA. LIES CARVALHO - Desculpe Vereador.

Outra coisa, já que a senhora tocou nisso.

O senhor pode me garantir a palavra, porque eu não interrompi ninguém, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Por gentileza, garanta a palavra à oradora.

A SRA. LIES CARVALHO - Vereadora Juliana, eu gostaria de lembrar à senhora que o Papa Francisco, como a senhora citou na última votação, declarou-se três vezes contra a ideologia de gênero. Falou que era uma grande confusão.

- Manifestação na plateia.

A SRA. LIES CARVALHO – Não, a senhora não vai para o inferno, eu só estou falando que os homossexuais não são defendidos por essa ideologia. É uma grande mentira. Para quem defende ideologia de gênero sabe o que está fazendo, porque eles instrumentalizaram os professores da rede pública e estão instrumentalizando através da academia sustentada por fundações internacionais.

Vocês podem me procurar na internet, por exemplo, no *site* Observatório Interamericano de Biopolítica e toda essa discussão está lá, todos os comprovantes e manuais dessas fundações, quem financia e vai atrás das ONGs que estão defendendo o gênero.

Muito obrigada. (Palmas)

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Tábata, do Setorial de Mulheres do PSOL.

A SRA. TÁBATA – Boa tarde a todas. Eu queria pedir uma licença e saber se eu poderia dividir a minha fala com a Carol, da Rede Respeito se Aprende na Escola, que não conseguiu se inscrever. Se puder, me avise na metade da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Sem problema.

A SRA. TÁBATA – Fico triste que o companheiro tenha vindo aqui jorrar coisas de Filosofia, que é estudante da PUC e não esteja mais aqui, pois está dando entrevista. Mas queria dizer a ele que é muito fácil, enquanto homem, que não sofre as outras ações diárias, não esteja aqui para falar sobre o que as mulheres passam, inclusive as adolescentes, dentro da sala de aula.

Outra questão, não é vitimismo, é realismo...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Ordem, por favor.

A SRA. TÁBATA – Acho que a gente não pode ignorar o processo democrático que o Plano Municipal teve durante todo esse tempo, onde a igreja católica não esteve presente, onde a igreja nem é audiência. Elas participaram e falo como católica que realmente não foi divulgado. Os padres e as instituições só foram bater na questão de gênero, mas a gente esqueceu de pensar que isso pode ser uma cortina de fumaça para reduzir o Plano

Municipal de Educação, para não falar de financiamento, de redução de alunos por sala de aula.

Nós não podemos deixar que a questão de gênero vire uma fumaça de cortina para diminuir o Plano Municipal. Nós temos que entender que a questão de gênero é importante para a continuidade, enfim, de todo o processo. Então, falo aqui em nome do PSOL, do Toninho Vespoli, Relator do Plano Municipal de Educação, que sentou com as entidades e conversou com elas sobre isso.

Então, Carol, se quiser vir aqui, muito obrigada. E não é ideologia de gênero, não. É questão de laicidade, por um Plano laico. (Palmas)

A SRA. CAROLINA – Boa tarde a todos. Meu nome é Carolina, vim falar em nome da Rede Respeito se Aprende na Escola.

Vou começar trazendo só alguns dados rapidamente numa pesquisa realizada pela agência Énois – Inteligência Jovem, ainda este ano, em conjunto com o Instituto Vladimir Herzog e a agência Patrícia Galvão. Essa pesquisa entrevistou 2.300 mulheres de 14 a 24 anos em 370 cidades, das quatro CDIE pelo Brasil. Dessas mulheres entrevistadas, 74% sentem tratamento diferenciado dentro de casa por serem mulheres; 41% já sofreram agressão física por algum homem; 77% afirmam que acham que o machismo afetou o seu desenvolvimento enquanto indivíduo; 90% já deixaram de fazer alguma coisa por medo da violência; 77% já foram assediadas sexualmente e 84% já sofreram agressão verbal por algum homem. Dados da Antra afirmam que no Enem de 2014, de 8,7 milhões de inscrições, apenas 95% das inscrições eram de pessoas transexuais ou travestis; 90% dessa população no Brasil trabalham na prostituição.

Eu não vou argumentar aqui sobre o argumento de defesa da família, porque eu não me sinto, enquanto indivíduo ou membro de qualquer comunidade, apta a reivindicar essa ou aquela definição de família como legítima ou inequívoca. Mas, eu devo comentar um argumento frequentemente afirmado por grupos religiosos que tardiamente adentraram o processo de discussão do Plano Municipal de Educação. É o argumento de ser contra a discriminação.

Pois bem, a discriminação é uma realidade dada e posta na nossa sociedade. Os dados que eu trouxe são apenas um pequeno retrato disso, ser contra a discriminação é mais do que usar esse argumento como artifício retórico; ser contra a discriminação é reconhecer com humildade, solidariedade e principalmente alteridade as reivindicações daqueles que são

discriminados em nossa sociedade. Reivindicações inclusive que já foram consolidadas no processo histórico de discussão do Plano Municipal de Educação, que vem desde 2007; reivindicações que não respondem a caprichos ou incômodos morais e sim a uma realidade objetiva e violências objetivas que todos os dias roubam essas pessoas o acesso à moradia, saúde, educação e trabalho.

É no texto do substitutivo originalmente apresentado pela Comissão de Educação que se consolida o consenso sobre o papel da educação na transformação das duras realidades de machismo, transfobia, homofobia em nossa sociedade. A gente repudia aqui a supressão de todas as estratégias voltadas à promoção da igualdade de gênero e de valorização da diversidade e combate à violência e discriminação na perspectiva dos direitos humanos.

Para aqueles que leem nisso alguma ideologia altamente financiada por organizações internacionais temos um problema de comunicação: nossas reivindicações não respondem àquilo que vocês alegam ser nossas reivindicações. A nossa postura é aberta ao diálogo para alinhar os ruídos de comunicação que estamos tendo já há alguns meses.

É isso, estamos abertos a seguir no diálogo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Maxsuel, do MSTI, Conselheiro Municipal de Habitação.

O SR. MAXSUEL – Boa tarde. Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui. Gostaria de agradecer aos Srs. Vereadores Reis; Juliana Cardoso, que esteve conosco no CEU Meninos, na Câmara no Seu Bairro, onde o Movimento dos Sem Teto do Ipiranga, dentro de todas as ações que estão sendo feitas com os vereadores nesse evento, conseguiu reunir 968 pessoas, dando um show de civilidade juntamente com os vereadores.

Pessoal, pode perguntar para mim. Vereador Eliseu, desculpe, gostaria de agradecer também pela participação e presença ativa no intuito de construir um Plano Municipal mais forte, um plano que realmente atenda às demandas mais necessitadas dentro das comunidades mais carentes, que são as sociais.

Quero falar em nome de todas as comunidades que têm os convênios com creches, porque só quem nasceu e mora em uma comunidade carente sabe como é importante quando nasce um filho e está na idade de ir para a creche, ter um educador – que às vezes é da própria comunidade, porque são pessoas que sonharam, estudaram e se capacitaram e depois

vieram a desenvolver o seu trabalho dentro da comunidade. Quando é dentro de comunidade, quando a gente tem convênio, muitas pessoas que moram fora tem um preconceito de adentrar à comunidade. Então, é isso o que estamos defendendo aqui.

Estamos defendendo também a questão – quero agradecer a Darci pelo convite, à Renata Arruda, pelo movimento - da continuidade dos convênios e creche. A gente sabe que o Plano Municipal de Educação está sendo discutido com responsabilidade, mas nós não podemos deixar passar despercebida a questão do seu §5º, que fala sobre a questão de que podemos perder esse convênio.

Como já foi apresentado, são 1.300 creches conveniadas na cidade de São Paulo, 300 diretas – não estou aqui para colocar que é direta ou indireta, uma questão de disputa, acho que não existe, existe o atendimento educacional das crianças da nossa sociedade como um todo. Estamos aqui para defender a continuidade do convênio, o aumento desses convênios com creches, a qualidade do ensino e a valorização dos professores. Sendo direta ou indireta tem que haver a valorização dos professores. Sabemos que a nossa sociedade como um todo, independente das bandeiras políticas e partidárias, a educação durante algum período vem se defasando pela desvalorização dos nossos educadores e professores.

Diante disso queremos reforçar a nossa bandeira de luta. Não estamos aqui só para lutar por moradia, porque quando construímos a moradia, sabíamos que íamos necessitar de creche para atender os nossos filhos e filhas e o Movimento Sem Teto do Ipiranga está na luta diária para defender os interesses das comunidades que mais necessitam.

Só como exemplo, se hoje, em uma votação se perdesse a questão dos convênios de creches a cidade iria ficar dessa forma. Se a gente perdesse todos os convênios de creches conveniadas, a cidade iria ficar dessa maneira aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. ELISEU GABRIEL – Eu pediria para que pelo menos a última pessoa que falou ficasse, pois quero falar sobre a questão das creches conveniadas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Acho que vocês deveriam esperar, porque tem três votos aqui, vocês estão menosprezando três votos na votação.

O SR. ELISEU GABRIEL – Espera só um pouquinho, pelo menos a coordenadora, a pessoa que falou, para explicarmos o que estamos propondo, que não tem nada a ver com acabar com creche conveniada, e sim, o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a última inscrita, a Sra. Ana Paula,

filha do Vereador Calvo.

A SRA. ANA PAULA – Boa tarde a todos. Vim em nome do meu pai para passar um recado dele, houve um incidente agora com a minha avó e ele, como médico e filho, foi socorrê-la, pois está internada na UTI de um hospital com um caso grave de pneumonia e como foi ele que fez essa solicitação na Comissão de Educação, Presidente Reis, para fazer essa audiência com saúde e educação, vim, então, justificar o nome dele. É rapidinho.

“Eu, como médico, defendo que o Plano Municipal de Educação tenha uma ação multidisciplinar - saúde com educação. Muitas crianças apresentam problemas neurológicos, psicológicos e comportamentais. A responsabilidade cai em cima dos professores que, por sua vez, são agredidos de várias formas e também têm problemas decorrentes de estresse como depressão e síndrome do pânico. Precisamos unir saúde e educação para tratar esses problemas de frente.

Quando fui médico na perícia médica constatei que 75% dos professores tiram licença por estresse pós traumático. Uma professora foi agredida grávida, outro foi ameaçado com arma. Esse professor nem consegue mais sair de casa. A educação tem de partir das famílias, que hoje jogam na escolha de todas as responsabilidades.

Vejam, por exemplo, a síndrome dos filhos do *funk*, meninas não só engravidam, mas também são expostas a doenças sexuais, podem ter câncer nos aparelhos reprodutores mais cedo e todos esses problemas devem também ser tratados e trazidos nas escolas.

Outro problema é o da violência, como a violência doméstica. As crianças vítimas de violências domésticas levam o problema para a sala de aula. Isso afeta o grupo, os professores e todo o ambiente escolar.

Por isso, defendo uma ação multidisciplinar entre as Secretarias de Saúde e Educação. Isso é importante e urgente para qualquer plano de educação que queira dar certo, ainda mais o nosso, que vai nortear a educação paulistana por pelo menos os próximos dez anos.”

Muito obrigada. Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Ouviremos as considerações finais da Mesa. Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Só queria falar sobre essa Meta 5. Estamos propondo, é só prestar bastante atenção no texto, “universalizar, até 2016, a educação infantil para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil na rede

municipal direta de forma a atender toda a demanda efetiva da população de zero a três anos na vigência desse Plano, em dez anos. Ninguém está falando aqui em acabar com o convênio. Muito pelo contrário. A gente tem plena consciência da importância das creches conveniadas, porque a Prefeitura não teria fôlego para acabar com a demanda só com as redes diretas. O que não pode é a Prefeitura abandonar a referência, que são as creches diretas, e largar tudo para as conveniadas, como muita gente quer. (Palmas)

Então, tem que constar no Plano algo que diga que a Prefeitura tem a responsabilidade de, o quanto possível, manter na rede direta, porque senão perde-se a referência. Existem muitas creches conveniadas que são maravilhosas, até melhores; já outras, como vocês sabem, dão muitos problemas. Não se pode largar isso, portanto, sem nenhum tipo de controle, e a forma de controle é a Prefeitura, sempre que possível, fazer creche na rede direta.

Muito pelo contrário, temos o maior respeito pelas creches diretas, e se foi dito alguma coisa em relação ao Plano querer acabar com as creches indiretas, essa é uma grande bobagem, uma grande mentira. Muito pelo contrário. O próprio texto que será aprovado, vocês vão ver, tratará de manter a referência, a ideia e o conceito da educação pública. Não se pode privatizar, mas ter um controle direto. Por isso existem as creches da rede direta e indireta.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Se você puder me falar depois, vamos agir diretamente contra isso, que é uma bobagem sem sentido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Imagina, nada a ver. Não é como a Câmara Municipal e os Vereadores desta Mesa pensam. Fique tranquila e pode agir diretamente conosco, porque vamos garantir isso. Fique tranquila.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Não, mesmo as Cemeis...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Só um momentinho. Mesmo as Cemeis, aquela proposta mais avançada, podem ser conveniadas também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Pode até ser conveniada. Poder ou não poder ser é uma questão de discussão. Falei com a Secretaria de Educação, e ela acredita que pode até ser conveniada. Então, nessa questão do convênio, não existe...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com licença, Vereador, senão vamos fazer outro debate que não está na pauta. Sobre as conveniadas, o texto do plano da Comissão de Educação foi alterado e vai seguir mais ou menos a lógica do texto da Comissão de Finanças. Então, vocês podem ficar tranquilas, porque ninguém está acabando com o convenciamento de creches, não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não somos nós, gente.

O SR. ELISEU GABRIEL – Nós estamos defendendo vocês, poxa!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não antecipem o sofrimento. Está bem? Vamos sofrer na hora certa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a nobre Vereador Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada. Sr. Presidente, nobre Vereador Eliseu Gabriel, é fato que a discussão sobre conveniadas está contida no texto. Até porque hoje a educação na cidade de São Paulo está organizada em função delas. Conheço conveniadas maravilhosas. Com uma delas, inclusive, fico encantada. Fica na região do Jardim Sinhá, periferia de Sapopemba. Sempre falo que essa creche é um oásis, porque ela oferece qualidade e organização às pessoas da comunidade que lá frequentam.

Essa questão das conveniadas, então, já consta do texto. Pode até ter sindicatos que abordem esse tipo de coisa, como acabou de acontecer aqui, mas a questão já está garantida no Plano, até porque precisamos das conveniadas para poder continuar o atendimento na educação. (Palmas)

Não sei se as mulheres da Igreja Católica ainda estão aqui ou já foram embora, mas quero voltar a uma discussão que é sempre quente. Citam a família em relação a quem é favorável à inclusão do termo gênero no Plano Municipal de Educação. Quanto à questão do gênero, quero que me mostrem em qual texto, de todos os que passaram por aqui, está contido o termo “ideologia de gênero”.

O conceito de família que essas pessoas têm, e como elas expõem isso é algo muito ruim, pois ressalta a discriminação. Mas é o que vigora hoje na nossa sociedade e, conseqüentemente, nas escolas. Dizer que a família é contra a ideologia do gênero é uma forma clara de discriminação com a população LGBT. Não há o que se discutir em relação a isso.

O que são o gênero, a identidade do gênero, a sexualidade e a diversidade? São assuntos que temos que debater na escola, até para que consigamos combater a violência contra as mulheres, contra a população LGBT e até a discriminação racial. As pessoas têm que aprender a respeitar o ser humano, a respeitar aqueles que hoje são as maiores vítimas de todo esse discurso, que é tanto veiculado na televisão como propagado por essas pessoas.

Isso me machuca muito porque também pertencço à Igreja Católica, sou casada e tenho dois filhos. Pelo fato de eu estar defendendo a igualdade de direitos, estão me condenando ao inferno.

Precisamos, então, ter clara essa situação. Tenho certeza de que os Vereadores Reis e Eliseu têm o mesmo entendimento que eu em relação à discriminação e ao preconceito. Por conta disso é que minhas emendas ao projeto do Plano Municipal de Educação serão no sentido de reincluir no texto a questão do gênero, da identidade do gênero, da sexualidade e

da diversidade em prol de garantir direito às pessoas discriminadas.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, nobre Vereador Juliana.

Tem a palavra Sr. Emílio.

O SR. EMÍLIO – Foi um privilégio participar desta discussão. Acho que a nossa sociedade precisa evoluir, e só evoluiremos se radicalizarmos a democracia. Temos, portanto, que radicalizar o debate democraticamente, respeitando a diversidade. A Saúde leva muito em consideração isso, e precisamos, de fato, aprofundar esse debate; sem excluí-lo, mas debatendo-o de frente.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Anuncio que houve uma negociação da Bancada do Partido dos Trabalhadores, formada por dez Vereadores desta Casa, com o Governo no que se refere a alguns avanços no texto do Plano Municipal de Educação.

O que avançou foi o debate sobre o financiamento e sobre os recursos para a educação. De comum acordo com o Governo, ficaram estabelecidos 33% dos recursos para a Educação. Não é tudo o que vocês queriam, mas houve uma ampliação e ficou bem melhor do que está. Estabeleceram-se também mudanças na relação número aluno/professor.

Essas mudanças estão asseguradas e vão constar do Plano, do texto. Há vários Vereadores já elaborando o substitutivo, mas a nossa ideia é de que tudo isso seja um único texto de autoria de todos os Vereadores desta Casa. Que seja, portanto, um substitutivo da Casa, coletivo, e não especificamente desse ou aquele Vereador.

“Assegurar uma relação educando por docente no Sistema Municipal de Ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho dos profissionais da Educação na seguinte proporção: Berçário I – 7 crianças e 1 educador; Berçário II – 9 crianças

e 1 educador; Minigrupo I – 12 crianças e 1 educador; Infantil I – 25 crianças e 1 educador; Infantil II – 25 crianças e 1 educador; Ciclo de Alfabetização – 25 educandos e 1 educador; Ciclo Intermediário – 28 educandos e 1 educador; Ciclo Autoral – 30 educandos e 1 educador; EJA I – 25 educandos e 1 educador; EJA II – 30 educandos e 1 educador; MOVA – 20 educandos e 1 educador.”

Outra questão é a universalização da educação infantil, até 2016, para as crianças de 4 e 5 anos de idade.

“Assegurar, durante a vigência do Plano, atendimento para 75% das crianças de zero a 3 anos e 11 meses”, ou 100% da demanda registrada no que for maior nesse período de 10 anos de vigência do Plano Municipal de Educação.

Sobre a questão do gênero, ainda há muita resistência porque, quando se fala em respeito à diversidade, o pessoal entende que se trata de ideologia de gênero.

Sobre a questão do protocolo de estar incluído no Plano Municipal de Educação: “Instaurar para as instituições escolares protocolo para registro e encaminhamento de denúncias de violência e discriminação de qualquer natureza, de origem regional, nacional, orientação sexual, deficiências, intolerância religiosa, entre outras, visando a fortalecer as redes de proteção de direitos previstos na legislação nos parâmetros curriculares nacionais, temas transversais, orientação sexual e nas diretrizes curriculares nacionais da educação”, que consta da página 516 do caderno dessas diretrizes.

“A promoção de ações contínuas e formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade e Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – através da Secretaria Municipal de Educação e em parceria com instituições de ensino superior e universidades, preferencialmente públicas”.

“Desenvolver, garantir e ampliar oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, além de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, visando a superar preconceitos, violência e discriminação de qualquer

natureza no ambiente escolar”.

É fato que surgiu toda essa discussão referente à questão do gênero, mas, independentemente de como realmente vai ser elaborado o texto final do Plano em relação a isso, temos toda uma normatização infralegal através de decretos, da própria Constituição Federal, de portarias e de resoluções.

Claro que é de suma importância para nós que tudo isso esteja reafirmado no texto do Plano Municipal de Educação, mas isso não quer dizer que não existam as garantias para que os nossos profissionais de Educação desenvolvam seus trabalhos no que se refere a essa questão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
